

DOCTRINA

ARTIGOS

A glosa de créditos do ICMS como forma de retaliação na guerra fiscal: uma análise acerca da recepção do art. 8º, I, da LC nº 24/75 em face da Constituição Federal de 1988

Luiz Alberto Gurgel de Faria, Tâmara Cordeiro Polo Mendes	9
1 Notas sobre o ICMS	9
1.1 O federalismo e o tributo em debate	9
1.2 Imposto de competência estadual com caráter nacional.....	11
1.3 Não cumulatividade do ICMS	14
1.3.1 Não cumulatividade na Constituição	14
1.3.1.1 ICMS cobrado para efeitos de não cumulatividade	16
1.3.2 Não cumulatividade na Lei Complementar nº 87/96	16
1.3.3 Exceções constitucionais à não cumulatividade do ICMS.....	19
1.3.3.1 Não incidência.....	20
1.3.3.2 Isenção	20
2 Guerra fiscal	23
2.1 Incentivos fiscais	23
2.2 Limites à concessão de incentivos fiscais.....	24
2.3 Incentivos fiscais, estruturais e financeiros.....	25
2.4 Concessão de incentivos fiscais no âmbito do ICMS.....	26
2.5 O que é a guerra fiscal	31
2.6 Posição do Supremo Tribunal Federal em relação à concessão unilateral de incentivos fiscais e financeiros do ICMS.....	32
3 A glosa de créditos	35
3.1 A inefetividade do combate aos benefícios irregulares	35
3.2 O que é a glosa de créditos	36
3.3 Reconhecimento da repercussão geral da questão pelo Supremo Tribunal Federal e decisões judiciais correlatas ao tema.....	40
3.4 Apreciação sobre a recepção do art. 8º, I, da LC nº 24/75.....	44
3.4.1 Usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal	46
3.4.2 Violação à não cumulatividade	51
3.4.3 Imposição de deveres instrumentais não previstos em lei	53
4 Observações finais.....	55
Referências	56

A constitucionalidade do voto de qualidade no âmbito do CARF

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	61
1 Introdução	61
2 Exame da constitucionalidade do §9º do artigo 25 do Decreto nº 70.235/1972 (incluso pelo artigo 25 da Lei nº 11.941/2009)	62
3 Conclusão	72

Preços de transferência e aplicações financeiras – o escopo normativo do artigo 22 da Lei nº 9.430/1996

Ramon Tomazela Santos	73
1 Introdução.....	73
2 O âmbito de aplicação das operações ativas e o contrato de mútuo.....	74
3 A distinção entre o contrato de mútuo e a aplicação financeira.....	80
4 O parágrafo 7º do artigo 38-A da Instrução Normativa RFB nº 1.312/2013.....	83
5 A interpretação finalística do artigo 22 da Lei nº 9.430/1996.....	85
6 Conclusões.....	88
Referências.....	89

Limites da coisa julgada tributária e o posicionamento do STF

Marina Tanganeli Bellegarde	91
1 Introdução.....	91
2 Primeira parte: definições.....	92
2.1 Segurança jurídica.....	92
2.2 Coisa julgada.....	93
2.3 Coisa julgada como manifestação da segurança jurídica.....	96
3 Segunda parte – aplicabilidade no Direito Tributário.....	99
3.1 Limites da coisa julgada.....	99
3.1.1 Disposições do art. 505, inciso I, do CPC.....	99
3.1.2 Conciliação entre a segurança jurídica e igualdade.....	103
3.2 Análise prática de jurisprudência – a questão da CSLL.....	106
4 Conclusão.....	110
Referências.....	111

PIS/COFINS-Importação. É inconstitucional a recondução das alíquotas àquelas originariamente fixadas por lei?

Kiyoshi Harada	115
-----------------------------	-----

Teoria da escolha pública e seus reflexos nas vinculações de receitas

Carla Campos	121
1 Introdução.....	121
2 Vinculações de receitas públicas.....	122
2.1 Surgimento das vinculações de receitas no Brasil.....	122
2.2 Conceito de vinculação de receitas e sua aplicação no Brasil.....	123
3 O jogo político orçamentário e a Teoria da Escolha Pública.....	127
4 A desvinculação de receitas da União e seu aspecto político.....	129
5 Conclusão.....	132
Referências.....	133

Impactos do novo Código de Processo Civil (NCCP) na suspensão dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)

Lucas Bevilacqua, Alexandre Coelho	137
1 Introdução.....	137
2 Processo administrativo tributário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	138
3 A aplicabilidade subsidiária do NCCP e a atividade jurisdicional do PAT.....	140

4 A celeridade processual e a segurança dos atos administrativos diante das matérias afetadas pelas instrumentalidades suspensivas do artigo 1.030, inciso III, do NCCP.....	144
5 A (in)eficiência aplicada ao processo administrativo fiscal em matéria afetada pelo artigo 1.035, §5º, do Código de Processo Civil.....	146
6 Considerações finais.....	148
Referências.....	149